



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO  
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**VITÓRIA NUNES DE ALMEIDA**

**QUESTÃO AGRÁRIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO NO PROJETO DE  
ASSENTAMENTO JATOBÁ (RR)**

**BOA VISTA-RR  
2021**

**VITÓRIA NUNES DE ALMEIDA**

**QUESTÃO AGRÁRIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO NO PROJETO DE  
ASSENTAMENTO JATOBÁ (RR)**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Serviço Social, da Universidade Estadual de Roraima - UERR, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora Profa. Dra. Laurinete Rodrigues da Silva.

**BOA VISTA-RR  
2021**

## FICHA CATALOGRÁFICA

**VITÓRIA NUNES DE ALMEIDA**

**QUESTÃO AGRÁRIA E O ACESSO À EDUCAÇÃO NO PROJETO DE  
ASSENTAMENTO JATOBÁ (RR)**

Monografia apresentada como requisito final para  
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social  
pela Universidade Estadual de Roraima.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Laurinete Rodrigues da Silva  
Universidade Estadual de Roraima - UERR  
Orientadora

---

Prof. Dr. Evandro Alves Barbosa Filho  
Universidade Estadual de Roraima - UERR  
Avaliador

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria José dos Santos  
Universidade Estadual de Roraima - UERR  
Avaliadora

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus, por ter me dado meios de chegar até aqui.

Aos meus pais, que tanto me ajudaram e ajudam diariamente a cumprir meus objetivos.

À minha orientadora, que tanto me confortou nos momentos em que pensei em desistir.

Aos membros da banca avaliadora, pelas suas avaliações e contribuição ao trabalho.

Ao PIBIC-CNPq-AF/UERR, pela bolsa de iniciação científica (2020/2021), no desenvolvimento do projeto de pesquisa “O Acesso de Jovens Assentados à Educação do Campo: uma Configuração no P.A Jatobá (RR).

E a mim, por não ter desistido.

## RESUMO

Este trabalho é resultado de pesquisa sobre a educação do campo, considerando a situação concreta do Projeto de Assentamento Jatobá, localizado entre os municípios de Caracaraí e Cantá, no estado de Roraima e teve como principal objetivo investigar o acesso das famílias assentadas da Reforma Agrária à educação do campo. As famílias assentadas no PA Jatobá enfrentam grandes dificuldades para estudar, entre elas pelo fato de a escola encontrar-se em situação de abandono e dificuldade de transporte escolar. Para desenvolver o estudo partiu-se da pesquisa bibliográfica sobre a questão agrária e educação do campo a partir da obra de autores clássicos da teoria social crítica brasileira. Portanto, a pesquisa se fundamentou no materialismo histórico. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 32674820.1.0000.5621), portanto, no mês de Novembro de 2021 realizamos duas entrevistas estruturadas com famílias do Assentamento Jatobá. Infelizmente a situação imposta pela pandemia de Covid19 não permitiu a realização da observação em campo de pesquisa. Mas os dados da pesquisa bibliográfica e das entrevistas realizadas nos permitem considerar que a educação do campo não se desenvolve conforme seus fundamentos teóricos no Projeto de Assentamento Jatobá. Os jovens que frequentam o ensino médio precisam se deslocar à escola da vila mais próxima ao assentamento ou migram para a capital Boa Vista. As condições do transporte e do prédio escolar são precárias. As famílias lutam para garantir melhores condições de acesso à educação no assentamento.

**Palavras-chave:** Educação; Reforma Agrária; Educação do Campo; Resistência.

## RESUMEN

Este trabajo es el resultado de una investigación sobre educación rural, considerando la situación concreta del Proyecto Asentamiento Jatobá, ubicado entre los municipios de Caracaraí y Cantá, en el estado de Roraima. Las familias asentadas en PA Jatobá enfrentan grandes dificultades para estudiar, entre ellas porque la escuela se encuentra en situación de abandono y dificultad en el transporte escolar. Este estudio se desarrolló a través de una investigación bibliográfica sobre la cuestión agraria y la educación rural a partir de la obra de autores clásicos de la teoría social crítica brasileña, por lo tanto, la investigación se basó en el materialismo histórico. Esta investigación fue aprobada por el Comité de Ética en Investigación (CAAE 32674820.1.0000.5621) y en noviembre de 2021 realizamos dos entrevistas estructuradas con familias del Asentamiento Jatobá. Lamentablemente, la situación impuesta por la pandemia del Covid19 no permitió realizar la observación en el campo de la investigación. Sin embargo, los datos de la investigación bibliográfica y las entrevistas realizadas permiten considerar que la educación rural no se desarrolla según sus fundamentos teóricos en el Proyecto Asentamiento Jatobá. Los jóvenes que asisten a la escuela secundaria deben ir a la escuela en el pueblo más cercano al asentamiento o emigrar a la capital, Boa Vista. Las condiciones de transporte y del edificio escolar son precarias. Las familias luchan por garantizar mejores condiciones de acceso a la educación en el asentamiento.

**Palabras – Clave:** Educación; Reforma agraria; Educación Rural; Resistencia.





## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

P.A – Projeto de Assentamento;

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. QUESTÃO AGRÁRIA, REFORMA AGRÁRIA E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO RURAL.....	12
1.2 O DEBATE SOBRE A REFORMA AGRÁRIA E O DIREITO À EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	20
<b>2. O ACESSO À EDUCAÇÃO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO JATOBÁ.....</b>	<b>29</b>
2.1 O ASSENTAMENTO JATOBÁ NO ESTADO DE RORAIMA.....	29
2.2 AS DIFICULDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO NO P.A JATOBÁ.....	32
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado da pesquisa que teve como objetivo investigar o acesso das famílias assentadas da Reforma Agrária à educação do campo no Projeto de Assentamento Jatobá (P.A Jatobá), localizado entre os municípios de Caracaraí e Cantá, no estado de Roraima. O Município de Cantá – RR está localizado na microrregião nordeste do Estado de Roraima e com uma distância de 32km da cidade de Boa Vista, capital de Roraima. Sua população é formada, em sua maioria, por indígenas das etnias Macuxi e Wapixana, distribuídas em quatro malocas: Malacacheta, Taba Lascada, Muriru e Canauanim. Em termo populacional o município possui em torno de 18 335 habitantes (SILVA, 2019).

O desejo de estudar o tema surgiu a partir de uma visita de campo no P.A. Jatobá em 2018, como parte de uma observação empírica para um seminário da disciplina Classes e Movimentos Sociais, onde participei de uma oficina sobre educação do campo e ouvi dos assentados suas vivências e dificuldades em relação ao acesso à educação. O interesse foi reforçado com a minha inserção no Grupo de Pesquisa e Extensão em Serviço Social e Políticas Públicas (UERR) como bolsista de iniciação científica do PIBIC-CNPq-AF/UERR (2020/2021), no projeto de pesquisa “O Acesso de Jovens Assentados à Educação do Campo: uma Configuração no P.A Jatobá (RR).

Dentre os principais problemas relatados, os assentados citaram a grande evasão escolar devido à falta de transporte e inexistência de prédio escolar no projeto de assentamento. À vista disso, manifestou-se meu interesse em pesquisar sobre o direito à educação no contexto da Reforma Agrária, problematizando a fragilidade de uma educação voltada para a realidade dos povos do campo. Para isso, optamos em

pesquisar como ocorre o acesso de jovens assentados à educação e quais os principais desafios da educação do campo no P.A Jatobá. Entretanto, as dificuldades de acesso aos dados sobre o acesso de jovens à educação nos fizeram reconfigurar o objetivo, focando apenas no acesso à educação das famílias.

O P.A Jatobá, criado em 2005 pelo INCRA como resultado da Política de Reforma Agrária, deveria ter sido atendido com a Política de Educação para as crianças, jovens e adultos, entretanto, isso não tem ocorrido. Portanto, estudar sobre a realidade da educação no P.A Jatobá se tornou um desafio.

Para efeito do presente estudo partiu-se do objetivo geral que foi analisar o acesso das famílias assentadas da Reforma Agrária à educação no campo no P.A Jatobá e como objetivos específicos foram definidos: Discutir o direito à educação na Política de Reforma Agrária; problematizar o significado de educação do campo e educação no campo e identificar formas de acesso à educação das famílias assentadas no P.A Jatobá, destacando avanços e desafios.

Diante desses objetivos, uma questão central da nossa pesquisa foi: o(a) jovem e as famílias camponês(a) que vivem no P.A Jatobá tem tido o seu direito à educação garantido? A educação ofertada ao jovem camponês que vive no P.A Jatobá problematiza a realidade do campo, ou reproduz a educação urbana?

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, utilizamos a metodologia de investigação bibliográfica e empírica, baseada no materialismo histórico. com uso de uma abordagem de natureza qualitativa e quantitativa. Mas, cabe destacar que o planejamento da pesquisa empírica não foi realizado conforme previsto, devido a situação de pandemia de Covid-19 que se alastrou em 2020 no país e nos impossibilitou de visitar o assentamento para a realização das entrevistas *in loco*. Diante da realidade criada pela pandemia de covid 19, houve a necessidade de

reorganizar as atividades e foi possível fazer duas entrevistas com assentados acerca das escolas dos filhos que estudam no assentamento P.A Jatobá. As entrevistas foram realizadas em Boa Vista, no mês de novembro de 2022, quando várias famílias assentadas estavam resolvendo problemas no INCRA/RR.

A apresentação dos resultados obtidos com a pesquisa bibliográfica e as entrevistas foi organizada obedecendo a seguinte estrutura: Introdução, dois capítulos e considerações finais. Na introdução apresentam-se os objetivos, contextualização do objeto de estudo e o caminho metodológico.

No primeiro capítulo que tem como título a questão agrária, reforma agrária e educação, analisa-se a questão agrária no Brasil; a educação rural e a educação do campo no contexto da luta pela reforma agrária.

No segundo capítulo discutimos acerca do acesso à educação no Projeto de Assentamento P.A Jatobá, com destaque para os seguintes subitens: O assentamento Jatobá no estado de Roraima; e, as dificuldades o acesso à educação no projeto de assentamento.

Por último, nas considerações finais, realizamos uma síntese sobre dos principais achados da nossa investigação conforme o objetivo previsto.

## **1. QUESTÃO AGRÁRIA, REFORMA AGRÁRIA E EDUCAÇÃO**

Neste capítulo realizamos uma breve exposição sobre a Questão Agrária no Brasil, destacando o problema da Reforma Agrária e como ela recai na trajetória da educação rural. No processo histórico da Questão Agrária, busca-se compreender como o avanço do agronegócio prejudica a vida do trabalhador camponês, em seu aspecto econômico e social. Esta conjuntura coloca a necessidade de problematizar acerca do direito à educação na Reforma Agrária, e, no caso desta pesquisa, como ela se apresenta no Projeto de Assentamento Jatobá, localizado entre os municípios de Caracaraí e Cantá, no estado de Roraima.

### **1.1 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E O PROBLEMA DA EDUCAÇÃO RURAL**

Para compreender a questão agrária no Brasil é necessário conhecer a trajetória da ascensão do capitalismo no campo, pois, historicamente, o Brasil foi composto por uma sociedade agrária e baseada no lucro. Suas consequências no meio rural permeiam até os dias atuais, onde, por mais que a concentração de terra seja inferior à época da colonização, as terras do Brasil ainda são predominantemente concentradas na mão de uma minoria. Para isso vamos recorrer a grandes pensadores da temática, como Martins (1981), Stédile (1997), Caio Prado Jr. (1979) e Graziano (1998), que, de distintas formas, concordam que o capitalismo penetra no campo a fim de dominar a terra e transformá-la em capital.

Para Martins (1981), é impossível falar dos acontecimentos do campo, sem atribuí-los à expansão do capitalismo no meio rural, pois, se o camponês é expulso da terra, é pelo capitalismo; se o camponês permanece na terra, também é pelo

capitalismo. Além disso, a forma como a terra é distribuída também é um ponto central da problemática questão agrária, e o porquê da necessidade de uma Reforma Agrária. No caso do Brasil, o proprietário da terra tem direito até mesmo de não a utilizar produtivamente, o que exclui toda uma massa de trabalhadores rurais que necessitam da terra para sobreviver.

Stédile (1997) defende que o problema da questão agrária no Brasil, gira em torno de três principais pilares: o uso, a posse e a propriedade. Usar a terra é transformá-la em produtiva, trabalhar nela; possuir a terra é morar nela. Você pode morar na terra e pode não trabalhar nela; propriedade é apenas uma condição jurídica que lhe dá o título de proprietário. Esses três pontos principais definem a utilização da terra pelos trabalhadores rurais e pela elite agrária, e como o uso destoa entre essas classes distintas.

Caio Prado Jr. (1979, p.18) destaca acerca da questão agrária,

(...) que vem a ser, em primeiro e principal lugar, a relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do país, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária.

Assim, o autor denuncia como as raízes agrárias do Brasil contribuem na manutenção de um espaço rural concentrado e regado de conflitos por posse.

Para Graziano (1998) o debate da questão agrária varia de acordo com as décadas, e especialmente durante o período militar, a discussão é secundarizada devido ao “milagre econômico brasileiro”. Mas salienta que, não é só porque o debate esfriou, que o problema da questão agrária deixou de existir. Em poucas palavras, “(...) a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz.” (GRAZIANO, 1998, p.11)

Durante o período colonial, apenas uma parcela seleta da sociedade tinha direito à posse das terras; escravos e índios apenas tinham acesso a ela através do

trabalho escravo nas lavouras, elucidando como começa a desigualdade no espaço agrário brasileiro e o beneficiamento de uma minoria elitizada da sociedade. Com a chegada do Europeu, foi incorporado outro significado para o uso da terra aos nativos, o de apropriação, baseado no Capitalismo Mercantil, pois, até 1500 o uso da terra pelos povos nativos era coletivo. O país foi transformado em colônia da Coroa Portuguesa e o primeiro sistema de divisão de terras foram as Capitânicas Hereditárias, em que a Coroa destinava grandes extensões de terra a membros da nobreza, chamados de donatários. Estes, por sua vez, tinham direito de dividir suas capitânicas em Sesmarias e entregá-las a quem tivesse condições para explorá-las. Stédile (1997) atenta para o critério fundamental da posse e propriedade da terra no Brasil, que, no período colonial, a principal condição para ter acesso à terra era pertencer à nobreza.

Conforme aponta Graziano (1998), as atividades da colônia giravam em torno do comércio e da agricultura. Aliado a isso, a necessidade de aumentar a produção e a escassez de mão de obra, deram origem aos latifúndios escravistas, que tinham a finalidade apenas de produzir, e o produto variava de acordo com o que era mais rentável no mercado internacional. Alguns pequenos agricultores pagavam uma renda ao grande proprietário e produziam gêneros alimentícios em seus “tempos livres”. Em épocas de crises no mercado, essas pequenas produções serviam para abastecer vilas, cidades e até mesmo os próprios latifúndios.

Somando-se às questões acima, Wanderley (2014, p. 3) destaca que a “ambivalência da situação de moradores e colonos suscitou um grande debate em todo o país: trabalhadores ou camponeses?” Ou seja, como o homem do campo não tinha a posse da terra, era obrigado a trabalhar para o dono da terra e somente nas horas vagas é que produziam para si, na realidade pode-se dizer que eram trabalhadores do campo e não camponeses.



Em suma, os portugueses apropriaram-se das terras brasileiras, denominaram-se proprietários do território, escravizaram povos nativos, exploraram as riquezas naturais dessas terras, criaram um lucrativo comércio de tráfico de escravos e transformaram as sesmarias em latifúndios escravistas, em que a principal regra era produzir para exportar.

Em meados do século XIX, o país passava por intensas transformações sociais, como a luta dos escravos para a libertação, numerosas fugas e criação de quilombos, e a pressão da Inglaterra para a abolição da escravidão. Logo, a Coroa preocupou-se em legislar o processo de posse, para dificultar o acesso à terra, assegurando que houvesse mão de obra disponível. Pois, se todos tivessem acesso livre à terra, não iriam querer trabalhar nas fazendas. Em 1850, o Brasil proíbe o tráfico de escravos e junto a isso, em 18 de setembro de 1850, a Coroa promulgou a Lei de Terras, que definia o acesso à propriedade privada no Brasil. De acordo com Graziano (1998, p.10),

é fácil entender a importância da Lei de Terras de 1850 para a constituição do mercado de trabalho. Enquanto a mão de obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de “acesso relativamente livre” (...). Mas quando a mão de obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Quer dizer, se houvesse homem “livre” com terra “livre”, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios.

Como endossa Martins (1981), essa “liberdade” que o sistema capitalista submete o trabalhador rural não é real, e está baseada na relação de compra e venda da força de trabalho, pois isto só é possível entre pessoas juridicamente iguais. Sem poder de compra, o trabalhador tornou-se “livre” para vender o que lhe resta, sua força de trabalho.

Em consequência da Lei de Terras, alguns ex-escravos que se recusaram a retornar aos latifúndios, migraram para os centros urbanos formando vilas paupérrimas (Stédile, 1997) e vivendo à margem da miséria e mendicância. Nesse

mesmo período a Coroa implementou a formação de colônias de imigrantes europeus na região Sul do país, onde eles recebiam um pedaço de terra e teriam que pagar uma quantia, geralmente parcelada, obrigando-os a trabalhar durante muitos anos para conseguirem quitar suas dívidas. Outros foram direcionados às lavouras cafeeiras, onde se desenvolveu o regime de colonato, em que o trabalhador recebe parte da lavoura para cuidar e em troca o grande proprietário permitia que ele cultivasse alguns hectares para sua subsistência (Stédile, 1997). No final do século XIX surgiram movimentos camponeses que tinham como principal bandeira o acesso democrático à terra.

Percebe-se, portanto, que a criação da Lei de Terras foi pensada na manutenção da ordem do sistema capitalista. Uma lei excludente que consolidou o latifúndio como base de acesso à terra, e que não deixou alternativa aos pobres e escravos recém libertos, a não ser vender sua força de trabalho por um salário miserável.

Entre as décadas de 1930 e 1940 o Brasil começa a dar os primeiros passos rumo à industrialização, que aos poucos vai se consolidando como o centro das atividades econômicas, e o setor cafeeiro começa a decair. Graziano (1998, p.) destaca que, com o desenvolvimento da indústria, o país vai deixando de ser predominantemente agrícola, mesmo alguns acreditando ser sua tendência.

O processo de industrialização foi cruel pelo menos em dois aspectos para o homem do campo: primeiro que a mecanização rural era muito cara e o homem do campo não tinha recursos para comprar máquinas; depois suas terras foram sendo invadidas e eles tiveram que migrar para a cidade para trabalhar nas fábricas, como não tinha qualificação recebiam baixos salários e incharam a periferia das cidades de forma desordenadas; terceiro, as políticas públicas levavam benefícios apenas para

um grupo minoritário e quarto não existia uma política agrária para manter o homem no campo (OLIVEIRA, 2007).

Assim, aos poucos a industrialização vai penetrando no país e se consolida como principal atividade econômica. E, assim como é consequência do capitalismo, a industrialização criará meios de penetrar no campo. Ainda nesse período, houve outra transformação relevante para a questão agrária.

Stédile (1997) aponta para as eleições de 1946, pois era eleita uma assembleia constituinte com a finalidade de redigir uma nova carta constitucional brasileira, que mencionava, pela primeira vez, uma ideia apresentada pelo senador Luís Carlos Prestes, que apontava a necessidade de uma Reforma Agrária e de rever a concentração de terra no país, que era concentrada na mão de uma minoria, impedindo o progresso econômico e a justiça social. Mas, infelizmente, foi derrotada pela maioria conservadora. Conforme aponta Stédile (1997, p.12),

A proposta do senador Prestes incorporava à Constituição o preceito de que todas as terras mal utilizadas deveriam ser desapropriadas e voltar ao patrimônio do Estado, para que este fizesse uma redistribuição a quem de fato quisesse produzir. Aparecia, assim, o conceito de que a propriedade da terra deveria estar vinculada ao uso social para a produção.

Stédile (1997), ainda, ressalta que nesse período, intensificou-se a migração de camponeses pobres que foram impedidos de ter acesso à terra, para áreas como Maranhão, Acre, Paraná e Mato Grosso, o que também agravou os conflitos por terra entre esses camponeses, que haviam ocupado essas regiões como posseiros e grileiros, que se diziam proprietários dessas terras. Ou seja, o trabalhador que migrava, expulso de suas terras por grandes proprietários e conseguiam a posse de terra em outro estado, terminavam sendo expulsos novamente, agora pelos grileiros, que se apropriavam de suas terras, na maioria das vezes de forma violenta.

Observa-se, portanto, que a ausência de uma legislação regulando a posse de terras no país, excluiu a chance de os camponeses terem acesso à terra como proprietários, o que intensificou a migração para certas regiões do país e agravou os conflitos agrários. A proposta de Prestes no senado foi o mais próximo de legislar democraticamente a posse da terra no país, que é extremamente concentrada, e sua derrota simboliza o descaso com a população rural e o favorecimento do Estado a uma elite agrária.

Stédile (1997), ainda, introduz o início da década de 1960 como um movimento importante para a história da questão agrária. Em suma, os problemas sociais no campo estavam agravados e ainda não existia uma política para contê-los. Apesar do processo de industrialização estar bastante avançado, o país ainda era basicamente agrícola; os movimentos sociais ganhavam força sob a influência política e partidária, destacando as ULTABs (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), impulsionadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e o Master (Movimento dos Agricultores Sem Terra, do Rio Grande do Sul), com a direção do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que, com a influência do PSB (Partido Socialista Brasileiro) e de outras forças da Esquerda, adotaram a frase “Reforma Agrária na Lei ou na Marra!”; organizaram-se pastorais da Igreja Católica, algumas progressistas, em apoio ao Movimento Educação de Base (MEB) e outras conservadoras, que tinham como principal objetivo fazer com que os camponeses não fossem influenciados por ideias comunistas; e, por fim, intensificou-se o debate no meio acadêmico e político sobre a natureza do problema agrário e suas possíveis saídas.

Martins (1981) destaca que o início dos anos 1960 corresponde ao final da fase de industrialização pesada, quando se instalam no país fábricas de máquinas e insumos agrícolas. Para garantir um mercado consumidor, o Estado implementou um

conjunto de políticas agrícolas para incentivar a aquisição desses produtos, acelerando o processo de modernização agrícola. Esse avanço não necessariamente significou um benefício para a classe trabalhadora, como mostra Caio Prado Jr. (1979, p.27).

A técnica é um meio, e não um fim em si própria; e por isso somente vale em função do fim a que se destina e dos problemas concretos que com ela se objetiva resolver. Doutra lado, o progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições do trabalhador. E, às vezes, até pelo contrário, pode agravá-las.

Graziano (1998), aponta para o período do “Milagre Brasileiro”, dos anos de 1967/72, onde aumenta apenas o número de grandes propriedades, e as pequenas propriedades vão sendo engolidas pelas grandes. No período que corresponde a 1972/76 há um aumento das pequenas propriedades, entretanto, o crescimento das grandes é ainda maior, especialmente as de multinacionais. O que significa que a expansão das fronteiras agrícolas, não significou a melhoria da distribuição fundiária do país, fazendo milhares de pequenos posseiros, parceiros, arrendatários e mesmo pequenos proprietários forçados a sair de suas terras, a migrarem para a cidade em busca de novas maneiras de ganhar a vida.

O êxodo rural incentivado pelo processo de industrialização no campo e na cidade entre os anos 1960 e 1980 foi provocando a indisponibilidade de mão de obra para exploração dos grandes proprietários, assim, começou-se a pensar em formas de manter essa população no campo. Assim, Santos e Vinha (2019, p.02) esclarecem como a educação rural surge como essa solução para manter essa população no campo, destacando que,

devido a industrialização brasileira, a população rural começou a sair do campo para as cidades, diante disto, a educação rural começou a ser pensada numa tentativa de manter essa população no campo, pois a elite agrária precisava de trabalhadores.

## 1.2 DA EDUCAÇÃO RURAL À EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Na discussão realizada até aqui observamos que as contribuições Caio Prado Jr. (1979), Martins (1981), Graziano (1998) e Stédile (1997) nos esclarece o que tem gerado a questão agrária até os dias atuais no Brasil. Neste tópico iremos abordar os primórdios da educação rural e sua forma compensatória, onde, na luta, os trabalhadores compreendem que é preciso se organizar para além da luta pela terra, e começam a reivindicar outras políticas públicas para o campo, agregada a luta pela reforma agrária. De acordo com Oliveira (2007, p.69),

a reforma agrária é compreendida como um amplo conjunto de mudanças profundas em todos os aspectos da estrutura agrária de uma região ou de um país, visando alcançar melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas das comunidades rurais.

Com base no significado da Reforma Agrária, Santos e Vinha (2019, p.2) compreendem que a educação do campo não está descolada da Reforma Agrária, o que acaba sendo o obstáculo direto para a educação do campo, pois, sem uma Reforma Agrária, não é oferecido condições de reprodução aos povos do campo.

Apontamos também que a educação não está dissociada da Reforma Agrária brasileira. O modelo hegemônico de desenvolvimento do campo, baseado no agronegócio, é um impasse que afeta diretamente a Reforma Agrária e a educação do campo, visto que para que se tenha uma educação do campo é necessário a permanência e condições de reprodução dos sujeitos do campo e isso só será possível com a realização de fato da Reforma Agrária.

Assim, Cavalcanti (2011, p. 12), problematiza a educação rural, sendo “uma concepção de educação dos camponeses restrita à alfabetização e ao ensino agrícola, visando a formar mão de obra e mentes ajustadas à necessidade do modelo

de desenvolvimento agrário e industrial da época”.

De maneira que até o começo do século XX o que se tinha eram ações que terminaram por provocar a saída do homem do campo, pois iam para a cidade em busca de melhores oportunidades, e nesse sentido, Cavalcanti (2011) destaca a necessidade de se construir uma educação voltada para a liberdade e construção de processos educacionais que transformem a sociedade. Uma educação que os tornem sujeitos autônomos e construtores de sua história.

A educação rural brasileira foi negligenciada por séculos, e, finalmente, quando se pensa nela, aparece como uma forma de atender aos interesses dos grandes proprietários, cujo objetivo era compensar a falta de oportunidades no campo oferecendo condições para que aquele trabalhador não migrasse para as cidades em busca de melhores oportunidades, conforme argumentam Santos e Vinha (2019, p.4):

Essa preocupação com a educação rural começou a ganhar forma devido ao grande fluxo migratório do campo para a cidade - o processo de industrialização que começava a se instalar no país. Com a saída dos homens do campo para trabalhar nas indústrias da cidade, houve a criação de um projeto chamado Ruralismo Pedagógico, que atendia aos interesses dos fazendeiros em, manterem essa população no campo.

Nota-se que o único objetivo era manter essa população no campo. Ou seja, é uma educação descolada do contexto rural e familiarizada com o modelo implantado nas cidades, sem levar em consideração a independência do trabalhador camponês, assim esclarece Cavalcanti (2011, p.12):

Fundamentada num modelo urbanocêntrico, europeu e escravocrata, a educação brasileira se desenvolveu de forma alheia à realidade rural e agrícola do Brasil. Assim, a educação do meio rural foi silenciada por mais quatro séculos e quando aparece no ordenamento jurídico brasileiro se vincula a uma concepção salvacionista ou compensatória de educação, voltada aos interesses da elite e não como um instrumento de emancipação de camponeses.

Complementando, para Santos e Vinha (2019, p.3), “nesse sentido,

historicamente no Brasil, a educação, além de excludente, garantiu o controle de uma classe dominante sobre a outra, provocando uma exclusão social, concentração fundiária e a escravidão”. Assim, os autores esclarecem como a educação assumiu um papel excludente e de dominação durante séculos.

De acordo com Cavalcanti (2011, p.13), as articulações a favor de um projeto de educação para o campo só começaram a se desenvolver tardiamente, em 1930, ainda de forma acanhada, onde observamos características do ensino agrícola compensatório, ou seja, os programas tinham caráter utilitarista e emergencial como forma de justificar a retórica de cidadania e manter o homem no campo, evitando, assim, o crescimento desordenado das cidades. Na realidade, esses programas não viam o campo como um espaço de sujeitos verdadeiramente cidadãos. A primeira menção constitucional acerca do tema só ocorreu em 1934. Assim, a autora argumenta:

Os movimentos e articulações em defesa de um projeto educativo para o meio rural só começaram a se desenvolver - mas ainda de forma bastante tímida - a partir da década de 1930, no contexto dos debates sobre a universalização da escola pública. No entanto, a perspectiva salvacionista e utilitarista da educação ainda estavam presentes (...). Cavalcanti (2011, p.13)

Cavalcanti (2011, p.13), também aponta para ações importantes que ocorreram nos anos 1950, focadas, principalmente, na alfabetização de jovens e adultos:

(...) Uma ação importante nesse contexto foi a Campanha Nacional de Educação Rural, iniciada em 1952, após uma experiência piloto feita no município de Itaperuna (RJ). A Campanha foi uma recomendação do Seminário Internacional de Educação de Adultos, ocorrido no Brasil em 1944, e tinha como objetivo o estabelecimento de um ensino de base voltado para a recuperação e o desenvolvimento de comunidades rurais, sob o regime de corresponsabilidade do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A Campanha contemplava duas ações principais: as missões rurais que visavam à organização social da comunidade, e os centros de treinamento, destinados aos professores leigos, à preparação dos filhos de agricultores para as atividades agrárias e ao treinamento de técnicas em audiovisuais aplicadas à educação básica. Existiam



também, cursos especiais para a capacitação do pessoal da própria Campanha.

Na década de 1960 podemos observar que iniciativas de educação e cultura, grande parte com referências de Paulo Freire, estavam penetrando no campo com a ajuda de movimentos sociais camponeses. Nota-se que aos poucos a luta pela educação no meio rural vai ganhando consciência crítica, se afastando de antigos conceitos de educação rural. Entretanto, com a instauração da ditadura militar em 1964, as ações educativas perderam seu cunho político e crítico, conforme mostra Cavalcanti (2011, p.13, 14):

No início dos anos 1960, diversas iniciativas vinculadas ao Movimento de Educação de Base e aos movimentos de educação e cultura passaram a se fazer presentes no campo, principalmente, na área da alfabetização de jovens e adultos, a exemplo da Campanha “de pé no chão também se aprende a ler”. Essas ações eram, em grande parte, referenciadas nos ideais educativos de Paulo Freire, com forte influência dos movimentos camponeses e da Igreja Católica.

Com a instauração do regime militar a partir de 1964, muitas das ações educativas de caráter popular e conscientizador, que vinham sendo realizadas no campo brasileiro, principalmente no nordeste, foram proibidas ou descaracterizadas. Desse modo, é que as Campanhas de alfabetização foram substituídas pelo Mobral, que visava alfabetizar os jovens e adultos, tendo como base o método Paulo Freire, mas esvaziado de seu caráter político.

Ainda na década de 1960, de acordo com Fernandes (*apud* Santos e Vinha, 2018, p. 4), a educação era vista como símbolo de desenvolvimento, logo, para que houvesse modernização, a educação precisava cumprir seu papel de desenvolvimento. Em 1961 foi criada a Lei nº 4.024/61, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), entretanto, “o texto da LDBEN nº 4.024/1961 manteve tanto a lógica da educação para a adaptação dos sujeitos do campo às necessidades produtivas, quanto o distanciamento do Estado de sua responsabilidade com a educação na zona rural” (CAVALCANTI, TEIXEIRA E SILVA, 2012, p 16. ). Ou seja,

apesar da criação da lei representar um avanço na educação, ela ainda manteve tanto a isenção do Estado com a responsabilidade da educação para os povos do campo, quanto o caráter compensatório da educação ofertada para esses povos.

Nesse período, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), criado em 1984, teve grande participação no esboço da base de um projeto de educação que atenda aos povos do campo, respeitando suas particularidades e o meio no qual estão inseridos. Segundo Cavalcanti (2011, p.14),

Nessa trajetória não podemos esquecer também de dois movimentos importantes no campo da educação no meio rural: o movimento da Pedagogia de Alternância e as ações político-pedagógicas do MST. A partir do final dos anos de 1960, iniciou-se a criação das Escolas Famílias Agrícolas e as Casas Familiares Rurais, que trouxeram para o Brasil a Pedagogia de Alternância como uma importante estratégia educativa para o meio rural (...). Nos anos 1980, o MST iniciou uma série de mobilizações e ações político-pedagógicas visando à oferta de educação nas áreas de assentamentos, inicialmente no campo da alfabetização de jovens e adultos, as quais, depois se estenderam para os diferentes níveis e modalidades educacionais.

Em consonância com esses grandes avanços na construção de uma educação para os povos do campo que de fato atenda às suas necessidades, segundo Cavalcanti (2011, p.14) “(...) foi no final da década de 1990, que o conceito de Educação do Campo começa a ser construído, trazendo uma nova concepção de educação para o meio rural brasileiro”. Assim, entramos no debate acerca da educação do/no campo, que seria a premissa de uma educação que, conforme elucida Santos e Vinha (2019, p.2):

(...) surge como uma proposta não apenas educacional, mas de resistência, que valoriza a identidade do sujeito do campo na escola, que seus ensinamentos estejam adequados à realidade e necessidades dos alunos do campo, que o calendário escolar esteja de acordo com o ciclo agrícola, entre outras características.

Assim, grandes conquistas foram sendo alcançadas, como a realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I Enera) em 1997, uma parceria do MST com a Universidade de Brasília (UNB), o Fundo das

Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a CNBB, que reuniu educadores e militantes que atuavam nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária.

Outro avanço foi a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que tinha como objetivo produzir ações de alfabetização e escolarização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Essas ações incentivaram a realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo em 1998, que auxiliou no debate político e pedagógico da educação do campo. Outro marco importante foi a criação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que estruturou as bases para uma educação do campo.

É importante afirmar que o MST é um movimento social de fundamental importância no Movimento de Educação do Campo. No entanto, também ocorre a parceria e o companheirismo de luta a partir de outros movimentos como: o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sindicatos de trabalhadores rurais e federações estaduais desses sindicatos vinculados à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – vinculado à CONTAG, a Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de uma série de outras organizações. (ROSSI; DEMO. 2014, p. 181)

Já a Segunda Conferência Nacional por uma Educação do Campo ocorreu em Goiás – GO, no ano de 2004, e representou a ampliação da luta por uma educação do campo, juntando-se às demais lutas por políticas públicas e uma sociedade justa e sustentável, que se opunha ao latifúndio e ao agronegócio. Por fim, todo esse caminho percorrido culminou, ainda em 2004, na criação de uma Coordenação Geral

de Educação do Campo, no Ministério da Educação, que vem contribuindo no avanço da construção do diálogo acerca da educação do campo (Cavalcanti, 2011).

Mas, para se ter de fato uma educação do campo no contexto da Reforma Agrária, é necessário, antes de tudo, entender o processo histórico de construção da realidade do campo, que é um espaço de produção e reprodução da vida. Pois, o agronegócio e o trabalhador camponês têm visões antagônicas do campo, conforme aponta Cavalcanti (2011, p. 19):

Portanto, a construção de um projeto educativo transformador, segundo a ótica camponesa exige a compreensão dessa realidade e o engajamento político pedagógico a favor de uma educação do campo para os camponeses. Para os sujeitos do agronegócio, o campo é o espaço de produção de mercadoria; portanto, não reivindicam educação do campo. Para os sujeitos da agricultura camponesa, ao contrário, o campo é o espaço de vida e que necessita da educação no campo e para o campo.

De maneira que, educação do campo é o oposto do modelo vigente nas escolas do campo, que está baseado no modo de vida urbano. A educação do campo está ligada à emancipação, à sua cultura, ao seu modo de vida, à criação de uma consciência crítica e ao empoderamento dos povos do campo. Assim confirma Cavalcanti (2011, p. 19):

Essa concepção se opõe ao modelo de educação vigente nas escolas localizadas no campo, pois nela, a escola torna-se um espaço de reflexão crítica para que se levantem as bases para a elaboração de uma outra proposta de educação e, portanto, de outro modelo de desenvolvimento do meio rural. Neste sentido, busca-se desenvolver uma proposta de educação voltada para as necessidades das populações do campo, e para a garantia de escolarização de qualidade, tornando-se o centro aglutinador e divulgador de cultura da comunidade e da humanidade.

Apesar dos avanços em relação ao debate sobre a educação do campo, a população rural, adultos, jovens e crianças ainda sofrem com as precárias condições mínimas de acesso à escola. Inicialmente, tomando como exemplo o estado de Roraima, verificamos a partir de uma matéria publicada no site do G1 Roraima em 2015, uma denúncia de uma servidora sobre as condições precárias em que se

encontrava a Escola Municipal Nova Vida, localizada no P.A Jatobá, Cantá (RR). A matéria explica que a escola funcionava em um prédio de madeira em condições precárias, o banheiro ficava localizado do lado de fora da escola e não havia vaso sanitário. As vezes faltava água no poço, que fica a uma distância não muito segura do banheiro, além de necessitarem de doações para oferecer a merenda escolar aos alunos. Ao ser questionada, a gestão municipal alegou que um novo prédio estava sendo construído, com previsão de entrega até o final de 2015. A gestão negou que a merenda escolar dependia de doações para ser oferecida aos alunos, prometendo averiguar e fazer melhorias, caso julgasse necessário. (G1 Roraima, 2015)

A informação prestada na matéria jornalística acima pode ser verificada em uma visita técnica ao assentamento realizada em Novembro de 2018. Percebemos que um novo prédio escolar estava sendo construído, mas a obra foi abandonada. A entrega do prédio escolar era prevista para o final de 2015. Além da obra não ter sido concluída, encontrava-se paralisada. Depois de quase seis anos de paralização da obra da escola, em 08 de setembro de 2021, a Assembleia Legislativa de Roraima – ALE-RR aprovou requerimento para solicitar informações acerca daquela obra, visto que havia muitas reclamações de pais de alunos. Entretanto, apesar do requerimento, as obras não foram concluídas e os alunos continuam estudando em um espaço cedido, mas que se encontra em situação bastante precária (RORAIMA REDE, 2021).

Ou seja, o descaso com a educação no P.A Jatobá e com as populações do campo, é reflexo de muitos anos de história. Os pais e alunos se veem deixados de lado, pois o governo, além de não oferecer um prédio escolar, também não fornece meios de acesso à escola mais próxima ao assentamento.

Toda essa situação de precarização da educação do campo se intensifica na atualidade. Vivenciamos um momento de retrocesso na educação do/no campo. A

partir de 2016, com o golpe que ocasionou o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, o país por fim se alinha completamente ao mercado internacional e ao agronegócio, submetido aos interesses dos grandes produtores. Além disso, a partir de 2019 inicia-se a pandemia do Covid 19, em que o ensino passou a ser remoto, e os estudantes do campo encontram grande dificuldade devido à falta de acesso à internet (FERREIRA; REINHOLZ, 2020). Argenton (2020, s.p.) ratifica essa ideia ao afirmar que:

o Campo Brasileiro começa a sentir os impactos da pandemia, com isso, fica evidente as condições historicamente negadas para quem vive nele. Nesses momentos mais críticos das crises, onde os direitos sociais sempre ficam em risco, é nos processos de luta da classe trabalhadora que temos o exemplo de como defendê-los.

De acordo com Castro (2020), no estado do Maranhão 40% de crianças das áreas rurais ficaram sem acesso ao ensino por meio do uso da internet e 69% das escolas rurais não possuem acesso à internet ou computador, e quando tem o acesso é de baixa velocidade e não permite comunicação.

No estado do Pará, o grande problema da educação do/no campo se concentra no difícil acesso ou longas distâncias para se chegar até a escola, onde a distância para chegar à escola pode variar entre 2 e 5 quilômetros. E em dias de chuvas não há aula porque as crianças não podem se deslocar e nem sempre o transporte escolar funciona (MOREIRA, 2019).

Silva (2019, s.p.) aponta que no estado do Ceará, o “que mais se destaca nessas escolas são seus projetos pedagógicos e seus modelos de gestão”. Que em muitos casos reproduzem a educação urbanocêntrica tomando como referência a educação que existe na cidade, e assim, a educação não fala de suas lutas nem de sua realidade.

Desse modo, percebemos que apesar das articulações em prol de um projeto de educação do campo e no campo, a realidade de muitas escolas rurais é

descolada desse projeto. Muitas, além de terem o modelo de educação das cidades, não possuem sequer uma estrutura para o funcionamento de uma escola, como é o caso do P.A Jatobá. Sendo assim, há um longo caminho a ser percorrido para que de fato este projeto seja implementado nas escolas.

## **2. O ACESSO À EDUCAÇÃO NO PROJETO DE ASSENTAMENTO JATOBÁ**

Neste capítulo buscamos compreender o acesso à educação no assentamento Jatobá. Nosso objetivo inicial era configurar o acesso de jovens assentados à educação. Entretanto, existe diferença entre o ideal e a realidade que se apresenta. Ou seja, apesar de se ter planejado a realização de entrevistas com os assentados do P.A Jatobá e conhecer de perto sua realidade, não foi possível em decorrência da pandemia do Covid 19. As aulas presenciais foram paralisadas, e as escolas e universidades passaram a funcionar por meio de vídeo aulas. No assentamento o ensino também passou a ser remoto, a grande maioria dos estudantes que não possuíam internet recolhiam as atividades nas escolas e resolviam em casa e depois devolviam à escola.

Considerando esse período de quase dois anos de distanciamento social no estado de Roraima, houve uma reorganização das atividades de pesquisa, e foi possível fazer duas entrevistas com dois assentados acerca das condições de acesso à educação no assentamento P.A Jatobá.

Desta forma, expomos neste capítulo uma breve configuração do Projeto de Assentamento Jatobá, e em seguida abordamos sobre as dificuldades de acesso à educação no referido assentamento, considerando revisão bibliográfica e as entrevistas realizadas.

### **2.1 O ASSENTAMENTO JATOBÁ NO ESTADO DE RORAIMA**

De acordo com dados de 2017 obtidos no site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Roraima possui 67 projetos de assentamentos. O P.A Jatobá possui capacidade para 223 famílias e possui 213



famílias assentadas (INCRA, 2017). Atualmente, sem escola no projeto de assentamento, crianças e jovens encontram-se com o direito de acesso à educação pública de qualidade ameaçado.

Assim como em outros estados, a realidade do P.A Jatobá não tem sido diferente no tocante à falta de acesso à educação, não só à educação do/no campo, como à própria estrutura. Atualmente, o projeto de assentamento encontra-se sem prédio escolar, onde crianças e jovens são obrigados a se locomoverem para a sede municipal mais próxima para estudar. Aqueles que não possuem transporte, permanecem no assentamento às vezes sem acesso à educação. Assim, compreendemos o contexto da realidade por trás da dificuldade de acesso à educação dos jovens residentes no projeto de assentamento Jatobá.

Em pesquisa realizada por Silva (2019, p. 126) descreve que o P.A Jatobá, como é conhecido,

É localizado ao norte do município de Caracaraí, a cerca de 60 km da sede municipal, e distante aproximadamente a 107 km da sede do município de Cantá; 139 km de Boa Vista; e 792,1 km de Manaus/AM, capital do estado do Amazonas, via BR-174, totalmente pavimentada. Portanto, situa-se oficialmente no sudoeste do estado de Roraima, na mesorregião sul, microrregião Caracaraí.

Silva (2019) argumenta que apesar do assentamento ficar localizado no município de Caracaraí-RR, o acesso mais estruturado ao assentamento é pelo município de Cantá-RR, e em consequência disso, existe uma discussão acerca das responsabilidades jurídicas com o assentamento, já que os assentados costumam procurar o município de Cantá-RR para fazerem suas reivindicações, apesar de Caracaraí-RR oferecer serviços mais adequados.

O município de Caracaraí é cortado pela Rodovia Federal BR-174 que liga Boa Vista a Manaus (ao sul) e à Venezuela (ao Norte); é detentor de elevados percentuais de áreas protegidas e possui uma reserva indígena de aproximadamente 7.638,06 Km<sup>2</sup>, onde vivem as etnias Wai-Wai, Wapixana e Yanomami (SEPLAN, 2014). Ao todo possui 13 assentamentos do INCRA.

Entretanto, devido as condições da estrada, a sede municipal é menos acessada pela maioria das famílias do P.A Jatobá (SILVA, 2019, p. 127).

Como é possível observar pela citação acima, o problema do P.A Jatobá é de gerenciamento de estrutura, visto que possui acesso tanto para Manaus como para Venezuela, para escoar sua produção, porém não possui estrutura de estrada de logística (SILVA, 2019).

A história de criação do P.A Jatobá está intimamente ligada ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. O Território de Roraima foi criado pelo Regime Militar, que estimulou o processo migratório para essa região como forma de estimular o agronegócio, fato este que conflitou diretamente com aqueles que já tinham a posse da terra (BETHONICO, 2010).

Já emancipado como estado, Roraima continuou a incentivar o desmatamento como forma de estimular a monocultura, principalmente da soja. E nos anos de 2006 e 2007, o MST se instala no estado e começa a dar apoio aos agricultores que já viviam nas terras, onde o único apoio que tinham era da Comissão da pastoral da Terra. Nesses anos houve incremento dos conflitos pela terra, e o MST organizou vários acampamentos, entre eles aquele que conquistou o PA Jatobá (SILVA, 2020).

Essas áreas da União já estavam destinadas para se tornarem projetos de assentamento rural, mas não haviam de fato sido ocupadas como tal, e os acampamentos organizados foram a forma que o MST encontrou para pressionar o INCRA em estabelecer as famílias. Alguns destes acampamentos resultaram no assentamento de inúmeras famílias, como o PA Pau Rainha, Pau Brasil, PA Nova Amazônia, e na área onde hoje é o PA Jatobá (SILVA, 2020, p. 2-3).

Apesar dessas áreas já estarem destinadas para reforma agrária, não existia nenhum documento oficial, até porque as pressões de grandes produtores eram muitas, pelo fato de serem áreas de terras adequadas para o agronegócio de

grandes proporções.

A estruturação do P.A Jatobá foi feita a partir de lutas dos trabalhadores, que de alguma maneira foram excluídos da cidade, de uma parte, e de outra parte, da zona rural fruto do “desemprego, fome, exploração do trabalho em condições análogas à escravidão, expropriação de territórios, entre outros, desmistificando o discurso de que as pessoas integrantes de acampamentos sem-terra são vagabundos” (SILVA, 2020, p. 8).

Cabe esclarecer que antes do processo de ocupação pelo MST, a referida área devoluta não tinha benfeitorias, não era uma propriedade privada, era terra da União, embora uma parte da área que hoje engloba o P.A Jatobá já tivesse sido loteada por posseiros. Esse fato consolidou a ocupação de uma parte da área por posseiros que trabalhavam na terra, até quando a ação realizada por cerca de novas 85 famílias organizadas pelo MST propiciou a regularização da posse da terra pelo INCRA para os antigos e novos ocupantes (SILVA, 2019, p. 131).

De acordo com Silva (2019), no ano de 2019 o PA Jatobá possuía 210 (duzentos e dez) famílias cadastradas pelo INCRA, por outro lado somente 75 (setenta e cinco) famílias estão legalizadas para receberem incentivos do INCRA. Isso faz com que a maioria dos assentados enfrente muitos problemas, que giram em torno fundamentalmente da dificuldade de financiamento para comprar insumos.

## **2.2. DIFICULDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO NO P.A JATOBÁ**

No que se refere a educação, existe um consenso entre as autoras pesquisadas (SILVA, 2019; SILVA, 2020; BETHONICO, 2010), que relatam a dificuldade de estrutura das escolas, falta de escola próximas e de transporte escolar.

A única escola que existia no PA Jatobá era de madeira e estava infestada de cupim e teve que ser demolida e ao lado começou a ser construída outra, fruto de recursos federais, mas não foi concluída e terminou por funcionar em um galpão

cedido (SILVA, 2020).

As crianças do Ensino Fundamental Menor (de 1º ao 5º ano) são obrigadas a estudar em um espaço que é muito precário, sem a mínima estrutura para funcionamento. Esse fato foi noticiado em matéria jornalística, onde relata que:

Moradores do assentamento Jatobá, na Vicinal 10, no município de Cantá, denunciaram nas redes sociais a situação de abandono de uma construção na região. A obra inacabada deveria abrigar a Escola Municipal Nova Vida, que há anos funciona em uma estrutura precária de madeira. Segundo os moradores, a obra foi iniciada há cinco anos. As paredes foram erguidas e a obra está paralisada desde então. A equipe de reportagem entrou em contato com a Prefeitura do Município do Cantá e aguarda retorno (PORTAL RORAIMA, 2021).<sup>1</sup>

Apesar do MST ter um excelente programa de educação<sup>2</sup> que é executado nos assentamentos, e, o PA Jatobá, fazer parte desse programa oficial, a educação lá sofre um verdadeiro descaso. De acordo de com relatos destacados por Silva (2019, p. 143-144):

Os(as) assentados(as) assinaram um documento endereçado a Secretaria de Educação responsável, solicitando a garantia do transporte escolar para os alunos frequentarem a partir da 6ª série do ensino fundamental e o ensino médio em 2018 na Vila União, local mais próximo do assentamento onde há uma unidade escolar que poderia atender a demanda. Tal solicitação demonstrava a preocupação dos pais com a falta de frequência do ônibus escolar e os rumores de que em 2018 não haveria transporte destinado ao assentamento. Conforme os assentados, a inconstância na garantia do transporte escolar já motivou a saída de muitas famílias do assentamento para manterem os filhos na escola. Por isso essa questão é uma preocupação constante, sobretudo no tempo das chuvas quando as dificuldades de acesso pelas “vicinais” se tornam uma justificativa para o ônibus escolar não chegar até o assentamento.

Em relação ao atendimento das crianças do Ensino Fundamental Maior (6º ao 9º ano) e Ensino Médio, muitas vezes os pais são obrigados a voltarem para a cidade para oferecer a formação. Ou em outro caso mandam para casa de parentes

---

<sup>1</sup> PORTAL RORAIMA. Moradores do Cantá denunciam abandono de obra que deveria ser uma escola. Disponível em: <https://www.roraima1.com.br/2021/08/21/moradores-do-canta-denunciam-abandono-de-obra-que-deveria-ser-uma-escola/>

<sup>2</sup> A proposta educativa do MST apresenta a necessidade de lutar pela transformação social e a importância de associar a educação a esse processo de transformação, e é nos Princípios Filosóficos da Educação que podemos observar isso mais claramente, em específico no primeiro princípio que traz a “educação para a transformação social” (SILVA; TEIXEIRA. 2014, p. 27).

e amigos na cidade, porque não existe transporte escolar e quando tem, no período de inverno as vicinais (estradas) ficam intrafegáveis.

Os familiares pressionaram os órgãos governamentais, em decorrência da paralisação da obra da escola, e ficou decidido que o segundo semestre de 2018 as crianças passariam a estudar na Vila Rodrigo, por força da determinação do Ministério Público, e o transporte dos alunos seria realizado por uma Kombi, entretanto em período de forte inverno o veículo não pode entrar nas vicinais e com risco de parar por falta de pagamento à empresa (SILVA, 2019).

Em relação ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que é direcionado para a educação do campo, notamos que nenhum dos assentados foi contemplado com esse programa. Não existem ações específicas desse programa no assentamento. Somente em 2018 iniciou-se um levantamento sobre a demanda de jovens e adultos, especificamente para o Fórum de Educação do Campo em Roraima, que tem a participação do MST. Mas infelizmente os assentados ainda não foram contemplados com ações concretas do PRONERA ou da Educação do Campo. Em sua pesquisa Silva reitera que:

as famílias do P.A Jatobá não têm sido contempladas com uma política de educação que preze pela qualidade e inclua crianças, jovens e adultos. Tudo isso reflete no cotidiano dos assentados, fazendo-os viverem em condição de pobreza absoluta (SILVA, 2019, p. 146).

Segundo pesquisa realizada por Silva (2019), a educação é uma das grandes preocupações das famílias assentadas. É preciso criar uma identidade com a terra, criar um pensamento de pertencimento à terra, mas para isso é preciso manter os filhos das famílias no campo, para que possam viver suas experiências.

Por outro lado, como já foi enfatizado, a falta de uma educação de qualidade, em uma escola de qualidade, faz com que as famílias migrem para a cidade, que vão viver nas periferias aumentando também o índice de desempregados.

Em entrevista com duas famílias de assentados do P.A Jatobá, que possuem jovens estudando, foi possível perceber as dificuldades enfrentadas para se ter acesso à educação no assentamento.

O(a) primeiro(a) entrevistado(a) (E1) mora com a família no assentamento há 15 (quinze) anos. Residem juntos(as) um total de cinco membros familiares. O entrevistado, sua esposa e três filhos. O mais velho já concluiu o ensino médio e apenas dois ainda estão no terceiro ano do ensino médio. Notamos que os jovens não criam muitas perspectivas para cursar o nível superior (E1, 2021).

Em seu relato ficou exposto que a escola mais próxima de seu lote fica à 30km de distância, que é a Escola Otília Pinto, localizada na Vila União-Cantá-Roraima e destacou que a maior dificuldade de acesso à escola é o ônibus escolar. Isso, antes mesmo do período de pandemia do Covid 19. Os filhos já haviam ficado até 1 (um) mês sem transporte, e nesse caso ou ficavam sem ir à escola ou iam de moto.

Em termos de qualidade de ensino recebido, o entrevistado afirmou que recebiam pouco ensino, mas esse pouco fazia sentido. Entretanto, afirmou que a escola não tratava do contexto do assentamento, de reforma agrária, da luta do/no campo, ou seja, não recebia consciência crítica, recebiam apenas o básico (E1, 2021).

Quando questionado sobre a situação da estrutura da escola do assentamento, este respondeu que a obra continua parada, que não há resposta do Município do Cantá – RR. Importante destacar que a entrevista foi realizada em um momento em que os assentados estavam contestando uma Ordem de Despejo, e foi indagado sobre sua opinião. O assentado(a) respondeu: “Isso aí tá um caso grave. A gente tá com 15 anos lá. É uma coisa que existia que a gente não tem acesso, a gente era isolado do caso. Agora como o poder tem mais, aí nós somos o lado mais fraco”

(E1, 2021).

Questionado(a) sobre se sabe para onde vai, caso tenha que sair do assentamento, o entrevistado(a) respondeu: “A gente foi assentado pelo movimento sem-terra, a gente tá depositando a confiança neles, a única saída da gente é eles. Porque a gente mesmo não sabe se dirigir a lugar nenhum né” (E1, 2021).

Pelo relato, é possível desprender duas questões importantes: a primeira se refere à importância da educação escolar, principalmente quando destaca que: “mas esse pouco fazia sentido” (E1, 2021), ou seja, mesmo a escola não sendo de qualidade, mesmo tendo muitas dificuldades para chegar até a escola, ainda assim ela tem um valor porque trata do saber sistematizado, a escola representa possibilidade de acesso a um sistema simbólico daqueles que possuem o poder.

A segunda questão que merece destaque é “a gente tá depositando a confiança neles, a única saída da gente é eles. Porque a gente mesmo não sabe se dirigir a lugar nenhum né” (E1, 2021). Isto é, nota-se a plena consciência da necessidade de organização no assentamento e o MST é o movimento que possibilita essa organização. Para o(a) entrevistado(a) a luta solitária é frágil, não só pelo poder que a organização coletiva tem, mas pelo fato de “a gente não sabe se dirigir a lugar nenhum né” (E1, 2021). Ou seja, na perspectiva do(a) entrevistado(a) os(as) assentados(as) precisam de informações, precisam ter uma referência de organização, para lutar e para aprender a buscar seus direitos, através de um processo de empoderamento político.

Em relação a segunda entrevista (E2, 2021), o(a) entrevistado(a) reside no assentamento há quase 16 (dezesesseis) anos. Reside com sua família, esposo, esposa e um casal de filhos. Apenas a filha está estudando o ensino médio, o outro filho está em outro nível de ensino.

Em consequência da pandemia do Covid 19, a filha está estudando por meio do ensino remoto na Vila União e é colega de turma da filha do primeiro entrevistado. A(o) entrevistada(o) destacou que essa é a escola mais próxima do seu lote.

Sobre a dificuldade de transporte escolar antes da pandemia, a(o) entrevistada(o) afirmou: “Olha, praticamente a estrada né, o transporte que não tinha” (E2, 2021). Sobre o ônibus escolar, destacou: “Foi, mas era assim, tinha dificuldade, entendeu? Pra se deslocar, a dificuldade lá era no período de chuva. Aí teve um tempo que não foi mais, tiraram o ônibus. Sabe que no tempo de política, tem político que ajuda, tem político que não. Então aí pronto, não foi mais, só quando eles queriam mesmo” (E2, 2021).

No período que não tinha ônibus, a filha ia à escola de moto ou pedia carona, mas muitas vezes faltava a aula, por falta de transporte. Pode-se destacar que um dos principais entraves na educação do/no campo é o deslocamento, mesmo porque, no período de chuvas, muitas localidades ficam isoladas por causa do alagamento.

Questionada sobre o que achava da educação recebida na escola, respondeu que: “Praticamente assim, o ensino recebido não é bom, bom não, assim meio mais ou menos” (E2, 2021)

Ao ser questionada se a educação recebida na escola contempla a realidade daqueles que vivem assentados no campo, respondeu: “Olha, é um pouco difícil. Contempla 100% não, mas ameniza a situação. É um jeito de receber educação né”. Ou seja, a escola não é boa, porque não trata de suas lutas, de suas vidas, mas é a única forma de receber um tipo de saber sistematizado.

A entrevistada fez referência no que diz respeito ao tempo que a escola



está parada, isso acontece porque existe um processo na justiça que interfere diretamente na continuidade da obra. A única escola que está funcionando é a de madeira, que foi construída em sistema de mutirão entre assentados e prefeitura, mas não pode ser de alvenaria, em decorrência da ação judicial acerca da obra parada do prédio escolar.

Ao ser indagada sobre a ordem de despejo do assentamento a entrevistada afirmou que: “Nós tamo lutando pra ver o que vai ser decidido. Nós tava no INCRA e o superintendente deu uma esperança pra gente, só não sei se vai acontecer né” (E2, 2021)

Percebemos que a entrevistada tem plena consciência das manipulações políticas quando destaca o fato que em tempo de política existem muitas promessas, mas que não são cumpridas. Destaca ainda a importância da escola, do saber elaborado, embora o ensino não trate das lutas do povo do campo.

Enfim, embora não tenhamos conseguido realizar todas as entrevistas planejadas para apreendermos de forma mais totalizante o contexto educacional do assentamento, sobretudo o acesso do jovem à educação do campo, cabe-nos destacar que as duas entrevistas realizadas nos aproximaram da realidade atual do assentamento e das dificuldades enfrentadas.

A partir das duas entrevistas entende-se que a educação é importante às famílias assentadas, mas que infelizmente essas famílias não têm acessado à educação do campo conforme as diretrizes que discutimos no item anterior.

O acesso à escola no assentamento Jatobá ainda é muito precário, os jovens precisam sair do assentamento para cursar o Ensino Médio, ou se deslocar para um povoado mais próximo, que exige dos pais as condições para a locomoção diária, já que o transporte é sempre um ponto ausente. No contexto da pandemia, o

ensino foi realizado de forma remota.

Infelizmente os relatos não nos permitiram conhecer mais profundamente a realidade, inclusive porque aproveitamos a vinda dos assentados para Boa Vista e realizamos as entrevistas. Sabemos o quão é importante continuarmos com as investigações sobre o acesso de jovens à educação, inclusive à educação superior.

Enfim, notamos que as famílias assentadas no PA Jatobá continuam lutando e denunciando as condições da escola que atende seus filhos e filhas e continuam reivindicando o término da obra da nova escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a questão agrária e o acesso à educação no projeto de Assentamento Jatobá (RR) foi muito prazeroso, visto que desde o início foi apaixonante e é um tema importante. Notamos que a falta de estrutura e a dificuldade de acesso à educação do campo são fatores que revelam o quanto a população rural é desamparada de políticas públicas essenciais para a formação do ser humano na sociedade, o que pode levar até mesmo à evasão escolar.

Entendemos que é direito de cada cidadão escolher o lugar que quer viver, e é papel do Estado garantir direitos sociais básicos à população. Deste modo, compreendemos que é preciso estudar e conhecer mais a realidade do campo, inclusive para reforçar a luta dos trabalhadores. Nesse ponto, essa pesquisa nos aproximou mais da realidade vivenciada no assentamento Jatobá, e embora com muitas lacunas, soma-se a outras pesquisas sobre a realidade da educação do campo no estado de Roraima.

Estudar sobre educação do campo e mais especificamente sobre o acesso dos(as) assentados(as) à educação exigiu primeiramente que fizéssemos um estudo sobre a questão agrária, a reforma agrária e a educação rural. O estudo bibliográfico desses temas nos permitiu compreender que a realidade é permeada por contradições, principalmente entre a educação urbana e a do campo, e que existe uma realidade de pobreza e conflitos decorrentes dos embates entre assentados, grileiros e grandes proprietários.

Em relação à nossa compreensão sobre educação do campo, foi fundamental diferenciar os conceitos de 'educação do campo' e 'educação no campo'.

Partindo de Arroyo e Fernandes (1998) entendemos que historicamente a educação rural esteve relacionada à “no” campo, e dessa forma desvinculada às questões reais dos sujeitos que vivem no campo, como tal é elitista, sem contextualização e o acesso é para poucos. A partir da compreensão desse conceito e dos estudos bibliográficos e entrevistas realizadas, compreendemos que no Projeto de Assentamento Jatobá predomina ainda o modelo de “educação no campo”, que não discute as lutas dos trabalhadores rurais e considera suas particularidades.

Entendemos ainda que, a educação do campo é fruto de um debate político, com a participação da população que vive no campo e está voltada para a defesa dos direitos sociais, políticos e de uma visão de educação politécnica. A educação do campo se preocupa em compreender e atender as necessidades do homem do campo e dentro desse processo político pedagógico da escola, é discutido questões como agroecologia, produção orgânica, soberania alimentar, reforma agrária, entre outros. Felizmente, os processos organizativos junto ao MST visualizados no projeto de assentamento Jatobá tem motivado os assentados a lutarem por uma educação nos moldes da educação do campo.

Entretanto, cabe destacar que os desafios para implementar a educação do campo no projeto de assentamento Jatobá são imensos. É preciso romper com o modelo de educação rural, da forma como está organizada. A “educação rural” reforça o modelo urbano de educação.

Enfim, para nós foi importante estudar a questão agrária, visto que na nossa formação profissional o debate da Questão Agrária e Serviço Social é de extrema importância, uma vez que a questão agrária é particularidade da Questão Social. Isso significa que os povos do campo são diretamente atingidos pelo avanço do capitalismo e sofrem as mazelas do sistema, inclusive as dificuldades de acesso à

educação.

Considera-se ainda que nossa pesquisa contribuiu na problematização da realidade do P.A Jatobá, destacando a importância da política de educação para os assentados. Em termos do direito à educação na Política de Reforma Agrária as famílias do P.A Jatobá não tem atendida suas reais necessidades, afinal, aquilo que é executado em termos de educação está dentro dos moldes da educação urbana, ou seja, não segue uma pedagogia relacionada as particularidades da vida dos estudantes do campo.

Para finalizar cabe destacar que o assentamento passa por um sério conflito de terra em virtude de uma ordem de despejo. Essa situação aliada a pandemia do Covid 19 e com o risco da nova variante “*omicron*” exige mais organização e mobilização dos assentados para resistirem e lutar por políticas públicas para atender as famílias do campo.

Diante desses desafios, considera-se a pertinência de continuarmos os estudos desse tema, sobretudo num momento de pós-pandemia do Covid 19, para que possamos aprofundar o conhecimento da vida cotidiana dos estudantes que vivem no P.A Jatobá.

## REFERÊNCIAS

BETHONICO, Maria Bárbara de Magalhães. Educação do campo em Rorainópolis-Roraima: Algumas considerações. In: Ciências Humanas e Educação. Disponível em: <https://www.uerr.edu.br/ppge/wp-content/uploads/2018/12/DISSERTA%C3%87%C3%83O-ELIZETE-GUEDELHA.pdf> acesso em novembro de 2021.

CAVALCANTI, C. R. TEIXEIRA, M. F. SILVA, J. R. S. Gestão Democrática da Educação do Campo: Módulo 4. UFM. Rede de Educação para a Diversidade. Curso de Formação em Educação do Campo. – São Luís, 2012.

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. O movimento pela educação do campo: Contexto Histórico e Fundamentos Políticos-Pedagógicos. In. CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. Fundamentos e Princípios da Educação no Campo: módulo 2. Cacilda Rodrigues Cavalcanti, Helciane de Fátima Abreu Araújo, José de Ribamar Sá Silva. São Luís: EDEMA, 2011.

COSTA, Emily. Escola de madeira em RR precisa de doação de pais para oferecer merenda. G1 Roraima, Roraima, 24 de Maio de 2015. Disponível em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/05/escola-de-madeira-em-rr-precisa-de-doacao-de-pais-para-oferecer-merenda.html>). Acesso em Outubro de 2021.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. O que é questão agrária. 18. ed. São Paulo/SP: Brasiliense, 1998. 114p.

Incra nos Estados – Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. INCRA, Brasil, 31 de Dezembro de 2017. Disponível em <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em Outubro de 2021.

JR PRADO, Caio. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. 188 p.

MARTINS, JOSÉ DE S. Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Ed. Vozes. RJ. 1981.

OLIVEIRA, A. U. Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. 1. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. 184p.

PORTAL RORAIMA. Moradores do Cantá denunciam abandono de obra que deveria ser uma escola. disponível em <https://www.roraima1.com.br/2021/08/21/moradores-do-canta-denunciam-abandono-de-obra-que-deveria-ser-uma-escola/> acesso em novembro de 2021.

ROSSI, Rafael. DEMO, Pedro. A EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO PEDAGOGIA CONTRA A “POBREZA POLÍTICA”. Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 5, n. 1, p. 173-191, jan./jun. 2014.

SANTOS, Patrícia. VINHA, J. F. S. C. Educação do/no campo: Uma Reflexão da Trajetória da Educação Brasileira. Disponível em: [https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor\\_2018/10/12\\_Patricia\\_Santos.polif](https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/10/12_Patricia_Santos.polif) Acesso em 04 de Maio de 2019.

SILVA, Alessandra Almeida. TEIXEIRA, David Romão. A PROPOSTA EDUCACIONAL DO MST E A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Educação em Perspectiva, Viçosa, V.5, n.1, P.173-191, jan/jun, 2014.

SILVA, Laurinete Rodrigues da. Questão agrária e pobreza nos assentamentos de reforma agrária de Roraima: resistência e (re)criação da identidade camponesa. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: UFC, 2019.

SILVA, Vanessa Xavier da. O processo histórico de ocupação da terra na região do Jatobá pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra. In: [https://www.uerr.edu.br > uploads > 2020/12](https://www.uerr.edu.br/uploads/2020/12) acesso em novembro de 2021.

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil. João Pedro Stédile: coordenação Wanderley Loconte. (Espaço e Debate). São Paulo: Atual. 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. In: Rev. Econ. Sociol. Rural 52 (suppl 1) 2014 disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002> acesso em outubro de 2021.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### **TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIDO**

##### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em Pesquisas com Seres Humanos**

**Instituição:** Universidade Estadual de Roraima / Curso: Serviço Social

**Título:** **O Acesso de Jovens Assentados à Educação do Campo: Uma configuração no P.A Jatobá**

**Pesquisador Responsável:** Laurinete Rodrigues da Silva

**Orientando:** Vitória Nunes de Almeida

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido tem o propósito de convidá-lo a participar do projeto de pesquisa acima mencionado. O objetivo desta pesquisa científica é “analisar o acesso de jovens assentados da Reforma Agrária à educação do campo no P.A Jatobá”. A justificativa desta pesquisa busca expor a realidade da educação no P.A Jatobá, questionando a falta de prédio escolar no assentamento e as formas de acesso à educação, problematizando a inexistência de uma educação voltada para a realidade dos povos do campo. Para tanto, faz-se necessária(o) realizar uma entrevista e gravá-la em áudio para maior apreensão da realidade vivenciada pelos assentados do projeto de assentamento Jatobá, tendo como sujeitos da pesquisa até 10 famílias dos jovens assentados que estão ou deveriam estar cursando o ensino médio, que vivem no P.A Jatobá. Os participantes deverão assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para autorizar sua participação na pesquisa e a gravação da entrevista.

Quaisquer registros feitos durante a pesquisa, não serão divulgados, mas o relatório final, irá conter citações anônimas e fotos da realidade educacional do assentamento. O relatório estará disponível quando estiver concluído o estudo, inclusive para apresentação em encontros científicos e publicação em revistas especializadas, pois, todas as informações coletadas na pesquisa bibliográfica, documental e empírica serão sistematizadas através de transcrição dos áudios e dos dados obtidos na observação da realidade, e apresentadas ao final da pesquisa através de gráficos, relatos e exposição verbal. Os participantes não terão seus nomes, áudios ou fotos divulgadas, sendo usados apenas para registro e melhor captação de conteúdo.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Roraima, sob parecer nº 4.881.822 e a UERR tem conhecimento e incentiva a realização da pesquisa.

Este TERMO, **em duas vias**, onde um ficará com o aplicador da entrevista e o outro ficará com o participante, é para certificar que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de participante voluntário, aceito participar do projeto científico acima mencionado.



Estou ciente de que a participação na pesquisa trará riscos. Entre os riscos, que de acordo com a resolução nº 510, de 7 de Abril de 2016, são considerados de grau mínimo, podem ocorrer possíveis desconfortos e/ou perda de compromissos importantes devido a duração da entrevista. Além disso, mesmo considerando que a pesquisa de campo só será realizada após o período de isolamento estabelecido pela pandemia Covid19, seguiremos os protocolos de distanciamento recomendadas pelos órgãos de saúde, para evitar riscos de contaminação. Para evitar riscos tanto ao entrevistado quanto ao entrevistador, tentaremos realizar a entrevista com a duração de 10 a 30 minutos. Entre os benefícios, destaca-se a construção de conhecimento sobre a educação do campo, em particular sobre a realidade educacional dos jovens assentados do P.A Jatobá. Além disso, a pesquisa possibilitará que os assentados também conheçam seus direitos na medida que, a partir do levantamento de dados, faremos uma sistematização que posteriormente será disponibilizada à comunidade, seja através de relatório, seja por meio de oficinas. Estou ciente de que não terei direito a nenhum acompanhamento ou assistência durante todas as fases desta pesquisa.

Estou ciente de que sou livre para recusar e retirar meu consentimento, encerrando a minha participação a qualquer tempo, em qualquer fase da pesquisa, sem penalidades, com plena garantia de que terei áudios, fotos ou quaisquer registros apagados.

Estou ciente de que não haverá formas de ressarcimento ou de indenização pela minha participação no desenvolvimento da pesquisa.

Por fim, sei que terei a oportunidade para perguntar sobre qualquer questão que eu desejar, e que todas deverão ser respondidas a meu contento.

Assinatura do Participante:

---

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Laurinete Rodrigues da Silva

Eu, Prof(a) Dra. Laurinete Rodrigues da Silva (pesquisadora responsável) declaro que serão cumpridas as exigências contidas nos itens IV. 3 da Res. CNS nº 466/12.

Para esclarecer eventuais dúvidas ou denúncias ligue para CEP/UERR Rua Sete de Setembro, nº 231 - Bairro Canarinho (sala 201), tels.: (95) 2121-0953.

Nome do Pesquisador responsável: Laurinete Rodrigues da Silva

Endereço completo: Rua Sete de Setembro, nº 231 - Bairro Canarinho

Telefone: (95) 98122-2101

CEP/UERR Rua Sete de Setembro, nº 231 - Bairro Canarinho (sala 201)

Tels.: (95) 2121-0953. Horário de atendimento: Segunda a Sexta das 08 às 14 horas

**APÊNDICE B****ROTEIRO DE ENTREVISTA**

Data do preenchimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021.

Horário: \_\_\_\_\_

**ROTEIRO DE ENTREVISTA –**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA

CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

Prezado(a) entrevistado(a),

As questões abaixo se referem a uma pesquisa de campo para a composição do trabalho de Projeto de Pesquisa, do curso de BACHARELADO em SERVIÇO SOCIAL da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA – UERR, cujo objetivo é analisar o acesso de jovens assentados à educação do campo no P.A Jatobá, discutindo o direito à educação na reforma agrária, problematizando o significado de educação do/no campo e, por fim, identificando os jovens assentados do P.A Jatobá, o nível escolar e as formas de acesso à educação do campo, destacando avanços e desafios.

Data da entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PERFIL DO ENTREVISTADO (A):	
1. NOME:	
2. ASSENTAMENTO:	
3. QUANTOS MEMBROS DA SUA FAMÍLIA MORA COM VOCÊ? 1( ) 2( ) 3( ) 4( ) 5( ) 6( )	
4. QUANTOS FREQUENTAM O ENSINO MÉDIO:	
NOME 1:	1º( ) 2º( ) 3º( )
NOME2:	1º( ) 2º( ) 3º( )
NOME3:	1º( ) 2º( ) 3º( )

05-O(A) JOVEM ESTÁ FREQUENTANDO A ESCOLA?

 SIM NÃO (SE NÃO, PORQUÊ? Deixe falar livremente)

06- QUAL A ESCOLA MAIS PRÓXIMA AO ASSENTAMENTO?

07- QUAL A MAIOR DIFICULDADE ENCONTRADA PARA ACESSAR A ESCOLA?

08- QUAL O MEIO DE ACESSO À ESCOLA?

09- COMO VOCÊ CONSIDERA O ENSINO RECEBIDO ?      EXCELENTE( ) BOM ( ) RUIM( )

POR QUÊ? (DEIXE FALAR LIVREMENTE)

10- A EDUCAÇÃO RECEBIDA NA ESCOLA CONTEMPLA A REALIDADE CAMPESINA?

## APÊNDICE C

### TERMO DE ANUÊNCIA

#### CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Associação Nova Vida do P.A Jatobá

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada “O acesso de jovens assentados à educação do campo: uma configuração no P.A Jatobá” a ser realizada no Projeto de Assentamento Jatobá, pelo(a) aluno(a) Vitória Nunes de Almeida, sob orientação do Prof.(a) Dra. Laurinete Rodrigues da Silva, com o(s) seguinte(s) objetivo(s): 1) discutir o direito à educação na Reforma Agrária; 2) problematizar o significado de educação do campo e educação no campo; e, 3) identificar os jovens assentados, o nível escolar e as formas de acesso à educação, destacando avanços e desafios, necessitando portanto, ter acesso aos dados a serem colhidos através de uma entrevista com as famílias dos jovens assentados que frequentam o ensino médio. Ao mesmo tempo, pedimos autorização para que o nome desta instituição possa constar no relatório final bem como em futuras publicações na forma de artigo científico.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS) 510/16 que trata da Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para realização deste estudo.

Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Diretoria, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Boa Vista, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Prof(a). Dra. Laurinete Rodrigues da Silva

Pesquisador(a) Responsável do Projeto

Concordamos com a solicitação       Não concordamos com a solicitação

---

Associação Nova Vida do P.A Jatobá

## Apêndice D

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Instituição: Universidade Estadual de Roraima / Curso: Bacharelado em Serviço Social  
Título: O ACESSO DE JOVENS ASSENTADOS À EDUCAÇÃO DO CAMPO: uma configuração no P.A Jatobá (RR).

Pesquisador responsável: Laurinete Rodrigues da Silva

Orientando: Vitória Nunes de Almeida

As pesquisadoras Laurinete Rodrigues da Silva (responsável) e Vitória Nunes de Almeida (orientada), do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes da pesquisa, assim como, de qualquer informação por eles prestada. Os dados coletados e disponibilizados para a pesquisa serão acessados exclusivamente pela equipe de pesquisadores e a informação arquivada em papel não conterá a identificação dos nomes dos sujeitos elencados. Este material será arquivado de forma a garantir acesso restrito aos pesquisadores envolvidos com a pesquisa, e terá a guarda por cinco anos, quando será incinerado ou apagado.

Concorda, igualmente, que essas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas em arquivos no HD que ficará sob a responsabilidade da Profa. Laurinete Rodrigues da Silva e da orientanda Vitória Nunes de Almeida

Este projeto foi avaliado por um Comitê de Ética em Pesquisa e aprovado sob nº \_\_\_\_\_.

Boa Vista, 30 de julho de 2020.

Laurinete Rodrigues da Silva

Vitória Nunes de Almeida

Para esclarecer eventuais dúvidas ou denúncias ligue para CEP/UERR Rua Sete de Setembro, nº 231 - Bairro Canarinho (sala 201), tels.: (95) 2121-0953.

Nome do Pesquisador responsável: Laurinete Rodrigues da Silva

Endereço completo: Rua Sete de Setembro, nº 231 - Bairro Canarinho

Telefone: (95) 98122-2101

CEP/UERR Rua Sete de Setembro, nº 231 - Bairro Canarinho (sala 201)

Tels.: (95) 2121-0953

Horário de atendimento: Segunda a Sexta das 08 às 12 horas

## APÊNDICE E

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Instituição: Universidade Estadual de Roraima / Curso: Bacharelado em Serviço Social

Título: O ACESSO DE JOVENS ASSENTADOS À EDUCAÇÃO DO CAMPO: uma configuração no P.A Jatobá (RR).

Pesquisador responsável: Laurinete Rodrigues da Silva

Orientando: Vitória Nunes de Almeida

As pesquisadoras do presente projeto comprometem-se a:

Desenvolver o projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Roraima ficando responsável por qualquer alteração que realizar, sem a devida autorização do CEP/UERR, que venha a causar danos ao participante pesquisado. Caso haja a necessidade de alteração, o pesquisador compromete-se a enviar emenda ao projeto seguindo os tramites da Plataforma Brasil para análise e consequente aprovação;

Anexar os resultados por meio de relatórios via Plataforma Brasil, anexando a digitalização dos TCLE e/ou TALE devidamente assinados para aprovação com isto garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais em conformidade com o que diz a Norma Operacional nº 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde no item 3, inciso 3.3, alínea "c".

Boa Vista, 30 de julho de 2020.

Laurinete Rodrigues da Silva

Vitória Nunes de Almeida

Para esclarecer eventuais dúvidas ou denúncias ligue para CEP/UERR Rua Sete de Setembro, nº 231 - Bairro Canarinho (sala 201), tels.: (95) 2121-0953.

Nome do Pesquisador responsável: Laurinete Rodrigues da Silva

Endereço completo: Rua Sete de Setembro, nº 231 - Bairro Canarinho

Telefone: (95) 98122-2101

CEP/UERR Rua Sete de Setembro, nº 231 - Bairro Canarinho (sala 201)

Tels.: (95) 2121-0953

Horário de atendimento: Segunda a Sexta das 08 às 12 horas